imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO DE 2013

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

MENSAGEM DA DIRETORIA

Sempre pautada pelos princípios de transparência, austeridade e autossustentabilidade, a Imprensa Oficial do Estado – IMESP enfrentou os desafios de 2013, participando das políticas públicas de desoneração dos serviços que o Governo do Estado de São Paulo presta à sociedade. A empresa manteve a redução de 30% do valor da publicação no Caderno Empresarial do *Diário Oficial*, o que se reflete em uma desoneração total de 53% nesse serviço ao se considerar os índices inflacionários do período 2010-2012. E continuou o esforço de buscar um novo ponto de equilíbrio com o aumento de participação de outros produtos na composição das receitas, de melhorias de processos produtivos e de uma efetiva gestão de custos, sempre com base na missão de garantir o acesso democrático às informações de interesse público e de dar transparência e perenidade aos atos da administração pública estadual.

Os resultados de 2013 reafirmam a longa trajetória de sucesso, com elevado grau de profissionalismo: o lucro líquido do exercício após a reversão de juros sobre o capital próprio ultrapassou R$ 70 milhões, com uma receita bruta de R$ 286 milhões. O repasse de dividendos à Secretaria Estadual da Fazenda atingiu o valor de R$ 74,8 milhões. Os contínuos investimentos em infraestrutura, tecnologia da informação e capital humano traduzem a constante busca de modernização, versatilidade e eficiência.

Em termos de certificação digital, a IMESP atingiu um novo recorde com a marca de 70 mil certificados emitidos, resultado de um grande aumento da capilaridade de atendimento. O projeto Jucesp Online, com a disponibilização eletrônica do banco de dados da Jucesp e desenvolvimento da aplicação de consultas e serviços *on-line*, apresentou um significativo crescimento, com mais de 33 milhões de pesquisas no ano de 2013.

Na parte editorial, foram produzidos 416 títulos, atingindo a venda de 24,5 mil exemplares. Em relação ao site da IMESP, foram 22 milhões de visitas no período. Os modernos sistemas de busca garantem ao cidadão informações rápidas e precisas sobre licitações e contratos públicos, concursos, balanços de empresas, novas leis e decretos, bem como informações sobre todas as empresas registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp). No ano passado, foi atingida a média de 141 mil pesquisas eletrônicas por dia no *site* do *Diário Oficial*.

Assim, ano após ano, a trajetória e o desempenho consistentes da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo vêm comprovando que há tarefas jurídicas, culturais e administrativas que só podem ser cumpridas satisfatoriamente por empresas públicas e uma empresa pode ser pública e, ao mesmo tempo, atualizada, eficiente e autossustentável.

Os resultados conquistados em 2013 demonstram que, em consonância com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, a diretoria da Imprensa Oficial tem buscado adequar sua estrutura produtiva, notadamente o controle de custos, para prover formas de desoneração dos serviços que a empresa presta à sociedade. O balanço patrimonial aqui publicado comprova a solidez e os números positivos em todas as áreas da empresa.

A DIRETORIA

www.imprensaoficial.com.br

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria da Casa Civil

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 – (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				**Circulante**			
Caixa e bancos	4	4.628	1.230	Fornecedores	3 b	1.985	1.580
Aplicações financeiras	4	182.373	184.767	Impostos e contribuições	3 b	5.734	5.502
Clientes	5	16.637	14.732	Adiantamento de clientes	3 b	4.220	3.766
Estoques	6	23.084	16.230	Contas a pagar	3 b	6.991	6.832
Impostos a recuperar	7	2.803	2.426	Provisão para férias	3 e	9.356	8.845
Outros créditos	3 c	2.469	2.437	Provisão para licença-prêmio	3 e	144	138
Despesas antecipadas	3 c	448	512	Provisão para contingências	3 e	13.647	6.710
				Provisão para imposto de renda	3 f	13.862	14.583
				Provisão para contribuição social	3 f	3.657	3.871
Total circulante		**232.442**	**222.334**	**Total circulante**		**59.596**	**51.827**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Impostos diferidos	3 f	5.772	3.432				
Depósitos judiciais e cauções	3 c	5.017	1.166				
Créditos diversos	3 c	609	659				
Total realizável a longo prazo		**11.398**	**5.257**				
				Patrimônio líquido			
Investimentos	3 d	1.823	1.823	Capital social	10 a	125.819	125.819
Imobilizado	8	75.082	84.914	Reserva legal	10 b	25.164	25.164
Intangível	9	5.839	9.244	Reserva de lucros	10 c	116.005	120.762
Total não circulante		**94.142**	**101.238**	**Total patrimônio líquido**		**266.988**	**271.745**
Total do ativo		**326.584**	**323.572**	**Total do passivo**		**326.584**	**323.572**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado – em Reais)

	Nota	2013	2012
Receita líquida	**14**	**267.953**	**277.955**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	14	(93.548)	(100.729)
Lucro bruto		**174.405**	**177.226**
Receitas (despesas) operacionais	**3 b**		
Honorários da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal		(2.695)	(2.423)
Gerais e administrativas		(77.883)	(76.199)
Outras despesas operacionais		(10.035)	(6.180)
Outros Resultados – líquido		230	(294)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**84.022**	**92.130**
Resultado financeiro – líquido	3 b	4.819	6.822
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da reversão dos juros sobre o capital próprio		**88.841**	**98.952**
Imposto de renda	3 f	(21.983)	(24.603)
Contribuição social	3 f	(8.227)	(9.130)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio		**58.631**	**65.219**
Reversão dos juros sobre o capital próprio	10 d	11.404	13.401
Lucro líquido do exercício		**70.035**	**78.620**
Lucro líquido por ação do capital social integralizado – R$		**0,336**	**0,312**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 – (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa originados de:	Nota	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL		88.841	98.952
Ajustes patrimoniais:			
Depreciação	8 e 9	18.284	16.111
Resultado na venda de Ativos Permanentes		(239)	0
Reversão dos juros s/ capital próprio	10 d	11.404	13.401
Aumento/redução em contas a receber	5	(1.905)	4.398
Aumento/redução de estoque	6	(6.854)	2.008
Aumento/redução em impostos a recuperar	7	(377)	(21)
Aumento/redução em outros créditos		(32)	354
Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente		64	418
Aumento/redução do realizável a longo prazo		(6.141)	(340)
Aumento/redução em fornecedores		405	(247)
Aumento/redução de impostos e contribuições		232	(1.038)
Aumento/redução de adiantamento de clientes		454	135
Aumento/redução em contas a pagar e provisões		7.613	(2.671)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(31.145)	(50.005)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)		**80.604**	**81.455**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Compra de imobilizado	8 e 9	(5.257)	(6.606)
Venda do imobilizado		239	0
Baixa do imobilizado	8 e 9	210	750
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos (b)		**(4.808)**	**(5.856)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas	10 d	(74.792)	(110.001)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos (c)		**(74.792)**	**(110.001)**
Redução líquida de caixa e equivalentes		**1.004**	**(34.402)**
Caixa e equivalente ao caixa no início do período	4	185.997	220.399
Caixa e equivalente ao caixa no fim do período	4	187.001	185.997
		1.004	**(34.402)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – DVA dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 – (Em milhares de Reais)

Demonstração do valor adicionado	Nota	2013	%	2012	%
1 - Receitas	**3 b**	**287.910**		**295.235**	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços		287.680		295.529	
1.2. Não operacionais (ganhos e perdas de capital)		230		(294)	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS E IPI)	**3 b**	**60.916**		**71.832**	
2.1 Matérias-primas consumidas		14.193		18.341	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos		17.588		27.931	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		29.135		25.560	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		**226.994**		**223.403**	
4 - Retenções		**18.199**		**16.094**	
4.1 Depreciação e amortização ativo permanente	8 e 9	18.284		16.111	
4.2 Amortização e exaustão		110		185	
4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação		(195)		(202)	
5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4)		**208.795**		**207.309**	
6 - Valor adicionado recebido em transferência		**17.910**		**20.656**	
6.1 Receitas financeiras		17.910		20.656	
7 - Valor adicionado a distribuir (5+6)		**226.705**		**227.965**	
8 - Distribuição do valor adicionado		**226.705**	**100,00**	**227.965**	**100,00**
8.1 Pessoal (excluindo INSS) **colaboradores**		91.993	**40,58**	82.393	**36,14**
8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) **governo**		62.093	**27,39**	65.781	**28,86**
8.3 Juros e aluguéis **terceiros**		2.584	**1,14**	1.171	**0,51**
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos **acionistas**	10 d	11.404	**5,03**	15.232	**6,68**
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício **retido**		58.631	**25,86**	63.388	**27,81**

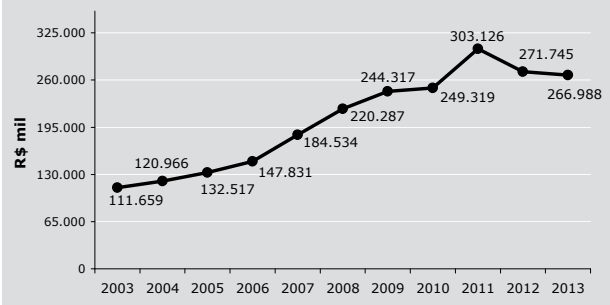
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 – (Em milhares de Reais)

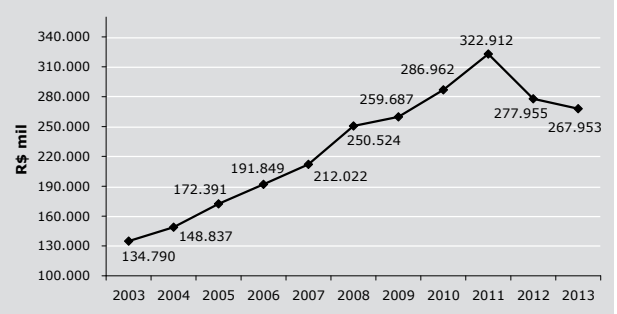
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		**125.819**	**25.164**	**152.143**	**303.126**
Lucro líquido do exercício		-	-	78.620	78.620
Destinação do lucro:					
Juros sobre o capital próprio	10 d	-	-	(13.401)	(13.401)
Dividendos propostos	10 d	-	-	(96.600)	(96.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**125.819**	**25.164**	**120.762**	**271.745**
Lucro líquido do exercício		-	-	70.035	70.035
Destinação do lucro:					
Juros sobre o capital próprio	10 d	-	-	(11.404)	(11.404)
Dividendos	10 d	-	-	(63.388)	(63.388)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		**125.819**	**25.164**	**116.005**	**266.988**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

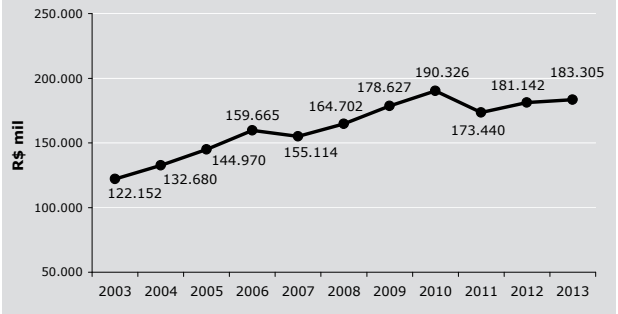
Patrimônio Líquido 2003-2013



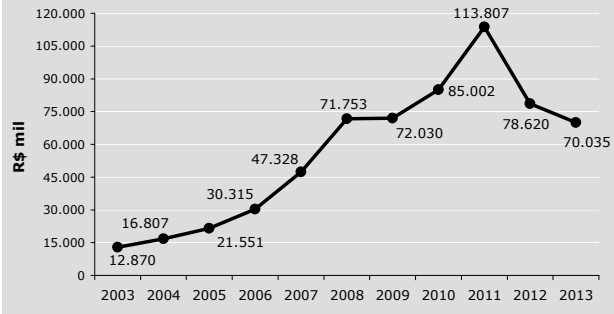
Receita Líquida 2003-2013



Despesa Apropriada 2003-2013



Lucro Líquido 2003-2013



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Imprensa Oficial do Estado S.A – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636.

Constitui objeto da companhia: I – editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais; II – manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados, assegurando o acesso a qualquer interessado, pelos meios físicos e tecnológicos mais apropriados; III – prestar serviços de certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações; IV – promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante a utilização das mais avançadas tecnologias; V – prestar serviços de certificação digital desempenhando o papel de Autoridade Certificadora do Governo do Estado; desempenhando o papel de Autoridade de Registro da sua própria Autoridade Certificadora e de outras subordinadas à estrutura da ICP-Brasil; credenciando outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público como Autoridade Certificadora e/ou Autoridade de Registro para validação presencial no processo de emissão de certificados digitais; fornecendo certificados digitais para pessoas físicas e jurídicas, sistemas e redes; prestando serviços de digitalização, indexação, disponibilização, certificação digital e selo cronológico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; desenvolvendo aplicações e demais programas utilizados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público que admitirem o uso de certificação digital como ferramenta de apoio à segurança da informação; VI – editar e coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, calendários, catálogos, coleções de leis e decretos; VII – prestar serviços gráficos, editoriais e de digitalização para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, calendários, catálogos, coleções de leis e decretos, cartazes e folhetos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; VIII – a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços; IX – a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais instituições de interesse público; e X – a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro – A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita.

Parágrafo segundo – A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

Parágrafo terceiro – A sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

NOTA 2 – ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as Leis federais nº 6.404/76 e nº 11.638/07, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, além da legislação federal, utilizamos das interpretações e orientações realizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade para a elaboração das demonstrações contábeis estão divulgadas na **Nota 11**.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Juros sobre o capital próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período.

Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. (**Ver outras divulgações na Nota 10d**);

b) Resultado das operações

As receitas provenientes das vendas de assinaturas de jornais são apropriadas ao resultado, de forma linear, tendo como base a quantidade contratada.

As demais receitas, custos e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência de exercícios;

c) Ativo circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos;

d) Permanente

Demonstrado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995), combinado com os seguintes aspectos:

- Os investimentos em incentivos fiscais estão deduzidos de provisão para perdas estimadas quando de sua realização no valor de R$ 2,1 milhões;
- O imobilizado e o intangível foram submetidos ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). São depreciados e amortizados pelo método linear, considerando as taxas fiscais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, conforme legislação vigente e divulgado nas **Notas 8 e 9**;

e) Passivos circulantes

- São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- A provisão para contingência é atualizada mensalmente, a qual busca se refletir na melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis:

Contingência – (R$ mil)			
Total	**Remota**	**Possível**	**Provável**
20.276	**1.494**	**5.135**	**13.647**

Demonstração da movimentação		
	R$ mil	
	2012	**2013**
Saldo inicial	**4.576**	**6.710**
Adições	3.143	10.755
Baixas	(1.009)	(3.818)
Saldo final no exercício	**6.710**	**13.647**

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas conhecidas sobre as adições e exclusões tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R$ mil	
	2013	**2012**
Caixa	20	17
Bancos	4.608	1.213
Aplicações financeiras	182.373	184.767
Total	**187.001**	**185.997**

São representadas por fundos de investimentos financeiros no montante de R$ 187 milhões (R$ 186 milhões em 31 de dezembro de 2012).

NOTA 5 – CLIENTES

	R$ mil	
	2013	**2012**
Agências, jornais e anunciantes	4.371	5.158
Prefeituras	4.281	4.001
Poder Legislativo e Ministério Público	3.719	308
Secretarias do Estado de São Paulo	1.552	2.445
Empresas públicas	1.269	1.022
Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras	627	889
Entidades de classe e terceiro setor	602	365
Universidades	166	267
Livrarias	22	38
Outros clientes	255	425
Subtotal	**16.864**	**14.918**
(-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar	(227)	(186)
Total	**16.637**	**14.732**

O prazo médio de recebimento de créditos é inferior a 90 dias.

NOTA 6 – ESTOQUES

	R$ mil	
	2013	**2012**
Produtos acabados	7.654	8.159
Produtos em elaboração	10.428	4.319
Matérias-primas	2.791	2.148
Estoques em poder de terceiros	1.125	1.560
Peças e materiais diversos	2.656	1.465
Subtotal	**24.654**	**17.651**
(-) Provisão para redução ao valor de mercado	(1.570)	(1.421)
Total	**23.084**	**16.230**

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16 mencionado na **Nota 11**.

NOTA 7 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	R$ mil	
	2013	**2012**
IPI a recuperar	2.333	2.033
ICMS a recuperar	192	115
IPI a compensar	278	278
Total	**2.803**	**2.426**

NOTA 8 – IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação (%)	R$ mil						
		2012	Adições	Transferência				2013
				Entrada	Saida	Baixa	Impairment	
Terrenos	-	2.884	-	-	-	-	-	2.884
Edifícios	4	23.054	24	-	-	(14)	-	23.064
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4, 10 e 20	103.776	2.838	170	(84)	(152)	(262)	106.286
Instalações	10 e 20	36.628	7	996	(51)	-	-	37.580
Móveis e utensílios	10 e 20	8.745	97	467	(222)	(77)	-	9.010
Veículos	10, 20 e 25	991	-	-	-	(327)	-	664
Outros bens de uso	10	651	-	-	-	-	-	651
Bens desativados	-	474	-	-	-	-	-	474
Imobilizações em andamento/inoperantes	-	1.395	674	-	(1.276)	-	-	793
Subtotal		**178.598**	**3.640**	**1.633**	**(1.633)**	**(570)**	**(262)**	**181.406**
Depreciação acumulada		(93.684)	(13.262)	-	-	622	-	(106.324)
Total		**84.914**	**(9.622)**	**1.633**	**(1.633)**	**52**	**(262)**	**75.082**

NOTA 9 – INTANGÍVEL

	Taxa de depreciação (%)	R$ mil						
		2012	Adições	Transferência				2013
				Entrada	Saida	Baixa	Impairment	
Software	20 e 50	26.117	1.617	1.093	-	-	-	28.827
Adiant. p/ implantação de software	-	1.141	-	-	(1.093)	-	-	48
Subtotal		**27.258**	**1.617**	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.875**
Amortização acumulada		(18.014)	(5.022)	-	-	-	-	(23.036)
Total		**9.244**	**(3.405)**	**1.093**	**(1.093)**	**-**	**-**	**5.839**

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social e direito das ações

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R$ 125,8 milhões e está representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

b) Reserva legal

Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de lucros

É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente. Essa será objeto de deliberação societária em Assembleia Geral Ordinária, quanto à destinação sobre a aplicabilidade do excesso em relação ao capital social integralizado, conforme prevalece nos Artigos 178 e 199 da Lei nº 11.638/07.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Sociedade em seu artigo 30 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de dezembro de 2013, os acionistas aprovaram a distribuição de R$ 11,4 milhões a título de juros remuneratórios do capital próprio por conta do resultado no período do exercício de 2013. A administração proporá à Assembleia Geral dos Acionistas o complemento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2013 e que os juros sobre o capital próprio sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como Despesas Financeiras e revertido, para fins de publicação, para reserva de lucros.

NOTA 11 – ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (IFRS) CONTÁBEIS E REFLEXOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A Imprensa Oficial atende plenamente às práticas contábeis no que concerne à convergência e à harmonização das normas contábeis brasileiras com o padrão internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS):

CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – Testamos a recuperabilidade de todos os bens tangíveis do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01, procedendo com os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma (conforme divulgado na **Nota 8**);

CPC 03(R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Desde a vigência da Lei 11.638/07 a IMESP tem adotado essa demonstração;

CPC 04 – ATIVO INTANGÍVEL – São revisados anualmente para verificação do valor recuperável e quando há indício de perda do valor recuperável (Impairment) o valor contábil do ativo é testado, procedendo com os ajustes se necessários em atendimento e observação desta norma (conforme divulgado na **Nota 9**);

CPC 09 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – A IMESP apresenta essa demonstração em conformidade com a referida norma, mesmo não sendo dela exigida;

CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE – O prazo médio das rubricas contas a receber e contas a pagar é inferior a 90 dias e os preços praticados para seus efeitos não possuem juros embutidos; desse modo, não existe atividade de financiamento de natureza monetária, não sendo necessário o ajuste a valor presente (AVP);

CPC 16 – ESTOQUES – Os estoques estão registrados pelo seu valor original, deduzidos da perda provável na realização;

CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES – As provisões estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa 3, letra "e";

CPC 26 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – As demonstrações financeiras e contábeis estão em conformidade com as práticas contábeis brasileiras ensejadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações deste CPC e adequadas às normas internacionais, apresentando o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado;

CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO – Foram feitos os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma. A companhia optou por não avaliar seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, conforme opção prevista no CPC 27 e ICPC10, considerando o método de custo, deduzido da depreciação e eventual previsão para perdas (Impairment Test), como o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da companhia. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a companhia;

ICPC 10 – INTERPRETAÇÃO SOBRE APLICAÇÃO INICIAL AO ATIVO IMOBILIZADO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 Ativo Imobilizado – Foram feitos os ajustes necessários em atendimento e observação desta norma (conforme divulgado nas **Notas 8 e 9**);

CPC 33 – BENEFÍCIO A EMPREGADOS – A IMESP não possui Previdência Complementar.

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ABRANGENTE

A entidade não apresentou em suas operações e, portanto, não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangentes no período findo em 31/12/2013; ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o lucro do exercício de 2013 está demonstrado pelo valor bruto, antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Assim como o saldo apresentado na rubrica *Imposto de Renda* e *Contribuição Social Pagos* refere-se ao efetivo desembolso de caixa ocorrido durante o exercício de 2013.

NOTA 14 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R$ mil)

	2013		2012		Var. %
Custo/Despesas	**R$ 191.818**	**100%**	**R$ 199.027**	**100%**	**(3,6)%**
Custo dos produtos vendidos	93.548	48,8%	100.729	50,6%	(7,1) %
Despesas com vendas e marketing	4.193	2,2%	3.670	1,8%	14,2 %
Despesas administrativas	76.385	39,8%	74.952	37,7%	1,9 %
Despesas financeiras	11.838	6,2%	13.916	7,0%	(14,9) %
Outras despesas operacionais	5.854	3,0%	5.760	2,9%	1,6 %
	2013		**2012**		**Var. %**
Receita líquida	**R$ 267.953**		**R$ 277.955**		**(3,6) %**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros, Acionistas e Diretores da
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A – IMESP
SÃO PAULO - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. (IMESP), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IMESP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados e emitimos relatório datado de 15 de fevereiro de 2013, sem modificação na opinião.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2014.

TGB – Auditores e Consultores S/S
2RS003622/O-0 – "S" – SP

Antoninho da Costa Souza
Contador 1CRC RS – 30.935/O-5 – "S" – SP
Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 14 de fevereiro de 2014, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014.

Gilberto Souza Matos
Jayme Gimenez
Joaldir Reynaldo Machado
Conceição Aparecida Fileti Fraga

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. - IMESP, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 14 de fevereiro de 2014, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2014.

Edson Aparecido dos Santos
Antonio Adolpho Lobbe Neto
Laura Margarida Josefina Laganá
Marcelo Mattos Araújo
Marcio Abujamra Aith
Marcos Antonio Monteiro
Orlando de Assis Baptista Neto

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

Marcos Antonio Monteiro
Diretor-Presidente

Maria Felisa Moreno Gallego
Diretora Vice-Presidente
acumulando a Diretoria Administrativa e Financeira

Ivail José de Andrade
Diretor Industrial

José Alexandre Pereira de Araújo
Diretor de Gestão de Negócios

Adilson Castro de Souza Rocha
Gerente Financeiro

Airton Correia de Andrade
Contador - CRC 1SP 200808/O-1